

O Reposicionamento Estratégico Sino-Estadunidense: o Mar do Sul da China (2009/2017)¹

The Sino-US repositioning: the South China Sea (2009/2017)

Rev. Bras. Est. Def. v. 4, n° 2, jul./dez. 2017, p. 127-151

DOI: 10.26792/RBED.v4n2.2017.74992

ISSN 2358-3932

CRISTINA SOREANU PECEQUILO
CLARISSA NASCIMENTO FORNER

INTRODUÇÃO

Desde o processo de reaproximação e normalização das relações bilaterais Estados Unidos-China, iniciado em 1969 e concluído em 1979, este intercâmbio é central na definição dos rumos da política internacional contemporânea. Os Estados Unidos (EUA) reconhecem a soberania da República Popular da China (RPC) ou China continental como a única China (*One China Policy*). Isso não significa a ausência de questões sensíveis como as discordâncias associadas ao regime da RPC, àquelas relativas ao Tibet, à Taiwan, o Mar do Sul da China (MSCh), mas sim uma realidade de acomodação, que alterna períodos de cooperação e contencioso, e que estabelece como interlocutor formal a RPC.

Em 1989, o fim da Guerra Fria trouxe alguns questionamentos sobre estas interações, baseados tanto nas perspectivas do encerramento da história como da unipolaridade estadunidense, quanto nas tensões entre os dois países. Para a RPC, a criação de um equilíbrio de poder centrado na hegemonia² norte-americana oferecia elementos de oportunidade e vulnerabilidade estratégica, derivados da interdependência entre as nações.

Cristina Soreanu Pecequilo – Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas Unesp/Unicamp/PUC-SP e do Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, Pesquisadora Nerint/UFRGS e CNPq.

Clarissa Nascimento Forner – Bacharel em Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas Unesp/Unicamp/PUC-SP.

Nos anos 1990, à luz dos incidentes da Praça da Paz Celestial (1989), quando os EUA criticaram a repressão chinesa a movimentos populares internos e suas políticas de direitos humanos, o que pareceu prevalecer foi a vulnerabilidade. Diante desta percepção, e de acontecimentos como a fragmentação da União Soviética (URSS), os dirigentes do Partido Comunista Chinês (PCCh) iniciaram uma atualização de sua política externa e de defesa. Evitar uma crise similar a da URSS, preservar a integridade da RPC e seus valores, consolidar o modelo do socialismo de mercado chinês e aumentar a escala de projeção de poder do país eram alguns dos objetivos desta atualização. Como pano de fundo, a garantia de maior autonomia diante dos EUA, a sustentação do crescimento econômico e uma agenda de fortalecimento nacional e internacional.

Para isso, a consolidação da esfera de influência regional chinesa, o estabelecimento de parcerias extrarregionais e o engajamento pacífico nas relações interestatais e multilaterais surgem como movimentos estratégicos e táticos. Diante deste cenário de reafirmação, a tendência de expansão e ocupação de espaços teria como base um choque natural e sobreposição aos interesses norte-americanos, afetando o equilíbrio de poder entre a atual nação hegemônica – os EUA – e esta potência emergente em diversos níveis estratégicos, políticos e econômicos. Em 1989, esta possibilidade de uma RPC mais assertiva já era apresentada pelo ex-Assessor de Segurança Nacional Zbigniew Brzezinski,

A China irá juntar-se às fileiras de frente dos poderes mundiais e dessa maneira irá reclamar para si própria seu *status* prévio. No processo, entretanto, irá redefinir a substância de seu comunismo [...] A diluição ideológica será o preço de tal sucesso. A China moderna pode entrar no século XXI ainda governada pelo comunismo, mas não será um China comunizada. (Brzezinski 1989, 194)

Neste contexto, o objetivo é analisar um destes recortes de choque e sobreposição no século XXI, referente ao Mar do Sul da China (MSCh), e que demonstra, como aponta Brzezinski o desejo da RPC de recuperar seu *status* prévio. A escolha desse recorte reside na relevância geopolítica e geoeconômica do MSCh para ambos, RPC e EUA, e seus impactos regionais e globais para as relações internacionais. Em termos geopolíticos, o MSCh representa importante área de confluência e concentração de territórios em disputa por nações asiáticas e ocidentais. A sua localização geográfica inclui interesses de diversos grandes poderes além da RPC e dos EUA, como a Rússia, a Índia e o Japão, e mesmo o Brasil, uma vez que é central para o trânsito de mercadorias (*commodities* alimentares e energéticas para a região e para o posicionamento de forças militares estratégicas. Do ponto

de vista geoeconômico, o já mencionado trânsito de mercadorias revela-se fundamental para o acesso a mercados de importação e exportação, e o controle das vias marítimas³.

Segundo Yizhou (2013),

A questão do Mar do Sul da China é um marco que pode ser usado como um teste do progresso da ascensão pacífica da China e sua habilidade e capacidade de coexistir harmoniosamente com seus vizinhos. Do ponto de vista das relações internacionais [...] é a maior disputa marítima do globo [...] todos os países que reivindicaram a soberania da área possuem muitas razões e provas [...] nestas circunstâncias, os EUA como a polícia mundial, certamente desejará se envolver (Yizhou 2013, 188-189, tradução nossa).

Para isso, o artigo analisa tanto as visões oficiais dos EUA e da RPC quanto as ações práticas derivadas das prioridades estabelecidas nos documentos, e como isso afeta a questão de sua relação tendo como ponto de referência o MSCh. Em ambas as nações se observa tanto a continuidade quanto a mudança destas visões oficiais, relacionadas diretamente às alterações dos recursos geopolíticos e geoeconômicos disponíveis. Como destaca Xinbo (2016), a intensificação das disputas entre os EUA-RPC devido à mudança do *status* de poder chinês e as novas diretrizes estratégicas para conter a expansão chinesa da parte dos EUA afetam a dinâmica de cooperação e conflito bilateral, com consequências para a vizinhança asiática.

Em termos analíticos, o texto se sustenta também na proposição de Xinbo (2016), segundo a qual as relações sino-estadunidenses na região da Ásia e do Pacífico se pautam historicamente por variações de cooperação, conflito e adaptação, de acordo com as temáticas em questão. Na tipologia elaborada pelo autor, o MSCh se enquadra no eixo da competição e da divergência de interesses entre as duas potências. Contudo, como argumentado pelo autor, competição não necessariamente significa a ocorrência de um conflito direto pela via militar, evento que, como buscaremos argumentar, com base na literatura utilizada, não parece ainda uma realidade observável no curto prazo, dada à conjunção entre os interesses mútuos sino-estadunidenses – como a manutenção da estabilidade na península coreana – e a falta de capacidades materiais militares e econômicas de ambos os países para a sustentação de um embate direto (Beckley 2017). Essa realidade explica, por exemplo, a prevalência, durante o governo Obama, de estratégias de engajamento dos aliados regionais no esforço de contenção chinesa, através de transferências de armamentos e medidas de cooperação militar.

Para dar conta desses debates e dos propósitos elencados, o texto encontra-se dividido nas seguintes partes: uma breve contextualização da po-

lítica externa da RPC e das questões envolvendo o Mar do Sul da China, a reação norte-americana tendo como base as estratégias do governo Obama e as considerações finais

A POLÍTICA EXTERNA DA RPC E O MAR DO SUL DA CHINA

Historicamente, a compreensão da atuação da RPC no sistema internacional, e das diretrizes externas do PCCh revela uma trajetória de realidades complexas. São estas realidades que ajudam a explicar a lógica da tradição interna da RPC, assim como suas ações estratégicas e reposicionamento. Igualmente, permitem compreender a relevância do MSCh no cenário estratégico atual e as demais iniciativas e paradigmas da política externa. Mas o que seriam estas realidades?

Como apontam Kissinger (2011) e Visentini (2011), a base da política externa e de defesa chinesa contemporânea relaciona-se às prioridades claras de manutenção da integridade e da soberania do Estado, e ao fortalecimento de mecanismos sociais e políticos internos que reforcem esta coesão e afastem a fragmentação. Os riscos da invasão externa, a colonização por potências estrangeiras e a ameaça da partilha, associados a temas como o auto isolamento são alguns dos fatores do passado que influenciam a agenda presente. Ainda que devido à extensão deste texto não seja possível aprofundar estas questões, é essencial lembrar que a RPC passou por um período de larga expansão como império (o chamado Império do Meio), ao qual se seguiu uma fase de decadência e pressões externas, que somente se encerrou com a Revolução Comunista de Mao, em 1949.

No auge de sua influência, a RPC foi responsável pela consolidação de uma esfera asiática de prosperidade, com elevados laços comerciais e políticos com o exterior (a antiga Rota da Seda ligando a RPC a seus vizinhos asiáticos, europeus e africanos) e capacidade de inovação. Posteriormente, tornou-se alvo das ações imperialistas das potências europeias, principalmente a Inglaterra, e do interesse dos EUA em seus movimentos iniciais de expansão hegemônica no final do século XIX. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939/1945), a invasão do território pelas forças japonesas reforçou o sentimento de vulnerabilidade. Internamente, as disputas políticas, associadas a estes fatores levaram a um cenário de fragilidade.

A Revolução Comunista permitiu retomar uma política de autonomia e construção de identidade nacional apesar das dificuldades econômicas e a separação das duas Chinas: Taiwan (ou Ilha de Formosa) e a República Popular da China (RPC). A primeira fase depois da revolução priorizou a consolidação política e econômica interna, ainda com um relativo isolamento externo, diante das principais superpotências da Guerra Fria

(1947/1989), os EUA e a URSS. A imediata ameaça da Guerra da Coreia (1950/1953) e a divisão das duas Coreias compunham o cenário de preocupações chinesas. A prioridade era a autopreservação e o fortalecimento doméstico, sem uma projeção externa.

De acordo com Kissinger (2011), embora parecesse existir uma aliança sino-soviética, inclusive do ponto de vista estadunidense, a realidade era muito mais complexa. Na visão do autor, a RPC via a URSS e os EUA como ameaças a sua autonomia e soberania, não se identificando com nenhum dos blocos, socialista ou capitalista. Na década de 1950, as preocupações chinesas detinham muito mais identificação com a agenda do nascente Terceiro Mundo e do Movimento Não Alinhado (MNA). Na Conferência de Bandung (1955), esta posição tornou-se mais clara com sua intensa participação no evento, marco da emergência de ambos os movimentos citados, e com o lançamento dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica pelo Chanceler Chu En-Lai.

Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica estabelecem como paradigma das relações internacionais da RPC o respeito mútuo à soberania e à integridade nacional, os princípios da não agressão, da não intervenção, da igualdade e benefícios recíprocos e a coexistência pacífica entre os Estados, independente de suas posturas ideológicas ou modelos sociais, econômicos e estratégicos. A partir desta agenda, a RPC adere à pauta do Terceiro Mundo e do MNA, definindo-se como uma nação do Terceiro Mundo e com uma história e identidade próprias.

Estas posições foram reforçadas nos anos 1970 com a “Teoria dos Três Mundos” de Mao Tse Tung (1949/1976), que estabelecia que o sistema internacional se encontrava dividido em três eixos: o Primeiro Mundo Desenvolvido, o Segundo Mundo Comunista e o Terceiro Mundo, do qual faziam parte as nações pobres e em desenvolvimento, e no qual se incluía a RPC. Portanto, a RPC se definia como uma nação soberana, não imperialista e não hegemônica, prioridade seguida pelo sucessor de Mao, Deng Xiaoping (1977/1999) e que permanece até o período contemporâneo, sintetizado na política do Desenvolvimento Pacífico e Harmônico. Tal política estabelece que

[...] a China deve se desenvolver defendendo a paz mundial e contribuindo para a paz mundial por meio do seu desenvolvimento. Ela deve atingir o desenvolvimento por seus esforços e investindo em reforma e inovação: ao mesmo tempo ela deve ser abrir para o mundo e aprender com os outros países. Ela deve buscar benefícios mútuos e o desenvolvimento comum com outros países, acompanhando a tendência da globalização econômica e deve trabalhar junto com outros países para construir um mundo harmonioso de paz durável

e de prosperidade comum. Este é um caminho de desenvolvimento científico, independente, aberto, pacífico, cooperativo e de desenvolvimento comum (White Paper on China's Peaceful Development, 2011, s/p, tradução nossa).

Porém, esta continuidade conceitual na política externa da RPC não deve ser entendida como uma mera repetição da agenda de Bandung 1955. A partir do século XXI, a retórica foi acompanhada por uma significativa quebra na projeção de poder do país no sistema internacional, que abandona a postura cuidadosa defendida por Deng e antecessores, para imprimir uma ação proativa e não mais defensiva. A partir de 1999, com Zemin (1999/2002), Hu Jintao (2002/2012) e Xi Jinping, desde 2013, a RPC caminha para o exercício de uma política de forte consolidação doméstica e de ação internacional estrategicamente sustentada por uma economia forte, um país em modernização e expansão, e que visa a consolidação de seu espaço regional e global. Este processo está sendo denominado na segunda década do século XXI de “Grande Rejuvenescimento Nacional”,⁴ definido como o sonho chinês. Segundo esta visão,

O povo chinês aspira dar as mãos ao resto do mundo para manter a paz, buscar o desenvolvimento e dividir a prosperidade [...] O destino da China é vitalmente interrelacionado com o do resto do mundo como um todo. Um mundo próspero e estável dará a China oportunidades, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento pacífico da China também oferece oportunidades para o mundo todo. A China irá sem dúvida nenhuma seguir o caminho do desenvolvimento pacífico, buscar uma política externa independente de paz e uma política de defesa nacional que é defensiva em sua natureza, que se opõe ao hegemonismo e a política de poder em todas as formas, e nunca irá almejar a hegemonia ou expansão (China's Military Strategy, 2015, tradução nossa).

Além deste processo estratégico, outra dimensão que indica maior assertividade relaciona-se ao projeto político de priorizar os “Quatro Abrandentes”. Tal projeto também foi lançado pelo governo de Xi Jinping em 2015, e se relaciona às dinâmicas internas para a manutenção da solidez do modelo de Socialismo de Mercado. Neste campo, as prioridades definidas foram: o aumento da prosperidade econômico-social para a população chinesa, a reforma contínua para a modernização, o reforço ao cumprimento da lei pelo combate à corrupção e a manutenção da governança centralizada e gradualmente gerida pelo PCCh.

Como citado, ainda que este ajuste possa ser visto como uma busca de autonomia diante dos EUA no cenário do pós-Guerra Fria, ele também

corresponde ao redimensionamento das capacidades internacionais chinesas a seus novos recursos de poder. Mesmo que mantenha sua identidade de nação de Terceiro Mundo, em comparação a este grupo de nações, incluindo as mais próximas como Brasil, Rússia, Índia e África do Sul (que ao lado da RPC compõem o BRICS), a RPC descolou política, estratégica e economicamente relativamente a estas parceiras.

Com a implementação da Política das Quatro Modernizações (1978) nos setores industrial, agrícola, defesa e cultura, e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), a trajetória chinesa vem sendo marcada por forte expansão econômica e demandas por mercados, energia e matérias primas que possam sustentar esse crescimento no longo prazo. Os EUA se mantêm como o principal país comprador de produtos chineses, mas igualmente um empecilho a esta maior independência e à reorientação estratégica das agendas de defesa e de relações internacionais. As ações presentes da RPC visam quebrar esta interdependência, recriando seu sistema de relações internacionais de forma mais autônoma e a partir da reafirmação de sua soberania.

Este processo foi iniciado em 1999 por Zemin, buscando um crescimento paralelo e não confrontacionista aos EUA, por meio da ocupação de espaços nos quais se observavam vácuos de poder norte-americanos, e que poderiam oferecer a RPC suas demandas mais essenciais, as citadas energia, matéria prima e mercados: África e América do Sul. Procurou-se um alinhamento com nações como a Rússia e da Ásia Central, e os demais emergentes, que se opunham à unipolaridade estadunidense e em especial ao militarismo unilateral que prevaleceu a partir de 2001 com George W. Bush e sua “Guerra Global Contra o Terror” (GWT). Tanto estes continentes, quanto estas nações do Terceiro Mundo, encontravam-se em crise social e econômica, e viram na parceria com a RPC a oportunidade de recuperar-se internamente e reposicionar-se no sistema internacional. A defesa de um mundo multipolar e a atualização da estrutura multilateral uniam estas nações.

De acordo com Brzezinski (2012), os objetivos geopolíticos e geoeconômicos da RPC em seu entorno estratégico (que ele denomina de “Grande Periferia Chinesa”) refletem esta agenda regional e global: reduzir os riscos de um potencial estrangulamento do país por vias marítimas e terrestres que pode ser alcançado a partir de ações de nações asiáticas com apoio estadunidense, reforçar sua posição político-econômica na Ásia Central e na parceria bilateral com a Rússia, conter o problema de Taiwan e projetar-se nas regiões do Oriente Médio, da África e da América Latina como citado.

O MSCh é essencial nesta movimentação tática e estratégica, em termos simbólicos e práticos. Em termos simbólicos, ela representa a reto-

mada da integridade de seu Estado, com a reafirmação da “China única”. Como parte deste processo já foram reincorporados os territórios de Hong Kong (1997) e Macau (1999), sob a fórmula de “um país, dois sistemas”, com a preservação do sistema político-econômico destas localidades, mas sob a soberania chinesa. Regiões como Tibet e Xinjiang mantêm-se sob a égide chinesa, enquanto Taiwan sustenta sua separação da RPC com o apoio de nações como os EUA.

Em termos práticos, o controle da região do MSCh (Figura 1) assegura à RPC o permanente acesso aos direitos de navegação preferenciais na área, que, segundo Zhu (2013), é a rota de passagem das importações e exportações chinesas. Zhu (2013) aponta que as quatro rotas marítimas principais da RPC, ligando-a ao Oriente Médio, a África, à América Latina e ao trânsito na Ásia, envolvem o MSCh, o Estreito de Gaspar, o Estreito de Lombok, o Estreito de Makassa, o Mar das Filipinas, o Pacífico Ocidental e, principalmente, o Estreito de Malaca. Somado aos direitos de navegação, a região destaca-se pelo potencial de exploração de gás, petróleo e minérios e essencial para construção de instalações militares e projeção estratégica.

O MSCh é essencial para o projeto de reativação da “Nova Rota da Seda”, lançado em 2013, uma vez que se inclui no complexo sistema de infraestrutura marítima e terrestre de transporte e exploração de recursos naturais. Denominada de “One Belt, One Road” (Obor), a iniciativa engloba a região da Eurásia, estendendo-se da Europa Ocidental à Rússia, passando pela Ásia Central, Oriente Médio e o continente africano (State Council 2015). Em maio de 2017, realizou-se “The Belt and Road Forum for International Cooperation”, que contou com uma significativa participação de chefes de governo e Estado na RPC. O presidente chinês, Xi Jinping anunciou a continuidade de uma média de investimentos de U\$ 150 bilhões anuais nos projetos em andamento e em elaboração (Jinping 2017).

Segundo o país, por razões históricas que indicam sua ocupação prévia do MSCh (Pinotti 2015), toda a região deveria ser de controle chinês, soberania reafirmada com base no “Mapa das 9 Linhas”. Porém, a demanda por soberania chinesa no MSCh, e no conjunto de ilhas (Paracel e Spratly) e bancos de areias (Scarborough) que compõem este espaço geográfico, é contestada por outras nações: Taiwan, Filipinas, Vietnã, Malásia e Brunei.⁵

A natureza da contestação da soberania chinesa envolve diversas dimensões históricas e contemporâneas, dependendo do país e tem como base a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM ou UNCLOS em inglês), de 1982. A CNUDM codifica legalmente a temática dos limites físico-territoriais da soberania aplicada ao Mar e da exploração e usufruto do Mar (inter-relacionada à definição das fronteiras marítimas).⁶



Figura 1 – A Nova Rota da Seda (OBOR)

Fonte: <https://www.ejiltalk.org/chinas-one-belt-one-road-initiative-can-a-bilaterally-negotiated-globalization-2-0-internalize-human-rights-labor-and-environmental-standards/>.



Figura 2 – O Mapa das 9 Linhas

Fonte: <http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-13748349>.

Ou seja, a CNUDM define o que corresponde à Plataforma Continental (PC), que se refere à junção do território físico e do marítimo no qual o país exerce sua soberania, estabelece a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) em que o país detém os Direitos de Exploração Econômica do Mar, e rege que as águas internacionais devem permanecer desmilitarizadas.

Um dos pontos mais sensíveis da CNUDM, e no qual residem os contenciosos, refere-se à predefinição dos mares territoriais em 200 milhas como extensão máxima. Isso leva aos seguintes problemas: primeiro, como definir de onde começa a medição da terra ao mar desta extensão, e, segundo, muitos países contestam a existência de um limite fixo e homogêneo que ignora as realidades históricas prévias. Para dar conta das disputas referentes a ambos os temas, estabeleceu-se a Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas (CLPC), que permite aos países solicitar a revisão dos limites e direitos de exploração. Existe um tribunal permanente de arbitragem em Haia, que, baseado nas definições originais do CNUDM, decide sobre contenciosos ainda em aberto e em processo de revisão.⁷ A CNUDM ainda define o que se consideram ilhas e bancos de areia.

No MSCh, todos estes temas convergem: a RPC estendeu sua PC e ZEE além das milhas previstas pela CNUDM, em violação às 200 milhas territoriais, e tem exercido nas ilhas Spratly, Paracel e no banco de areia de Scarborough atividades econômicas e de ocupação territorial, no qual se incluem construção de ilhas artificiais e instalações de duplo uso civil e militar, como abrigos de mísseis e pistas de pouso. No caso das Ilhas Paracel, o contencioso envolve a RPC, Taiwan e o Vietnã. No que se refere às Ilhas Spratly, estão em choque RPC, Taiwan, Malásia, Filipinas, Vietnã e Brunei. Por sua vez, o banco de areia de Scarborough apresentam sobreposição com as demandas da RPC, de Taiwan e das Filipinas. Este país já apresentou o caso ao Tribunal Permanente de Arbitragem com base na CNUDM em 2013 e em 2016, a decisão foi contrária à RPC. A RPC não reconheceu a decisão do Tribunal.

Outra via multilateral de negociação dos contenciosos do MSCh detém caráter regional, a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), cuja efetividade tem sido limitada. Um dos poucos marcos positivos foi a “Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China” em 2002, segundo a qual a RPC e as demais partes comprometiam-se com uma solução pacífica para a questão. O tema ainda foi objetivo de discussão nos fóruns de Cooperação Econômica da Ásia Pacífico (APEC) e nos Encontros do Fórum do Leste Asiático. A RPC preferencialmente negocia o tema por meio da agenda bilateral.

A presença dos EUA na região afeta o equilíbrio de poder, à medida que o país se posiciona de forma contrária às ações da RPC. Ao longo do

tempo, os norte-americanos procuram exercer um papel de contenção às movimentações chinesas, levando a um clima de belicismo e de disputa de posições no MSCh. Segundo Xinbo (2016),

Do ponto de vista chinês, a política dos EUA neste área é predominantemente guiada por considerações geopolíticas e hegemônicas, i.e, um desejo de impedir a China de dominar o Mar do Sul da China e preservar sua própria liberdade de ação militar na região. O envolvimento norte-americano complicou a questão do Mar do Sul da China não só pela elevação do tom das disputas, mas porque a tornou uma questão de rivalidade geopolítica entre a China e os EUA no Pacífico Ocidental. Sob estas novas circunstâncias o processo de toma de decisão da China com relação à política do Mar do Sul da China deve levar em consideração não só as demandas nacionais por integridade territorial e recursos naturais, mas também a necessidade de lidar com a implacável pressão diplomática e política do poder hegemônico (Xinbo 2016, 855, tradução nossa).

Cabe examinar este envolvimento norte-americano a partir das percepções da RPC e como estas tensões inserem-se no quadro mais amplo das interações RPC-EUA, na Ásia e no sistema internacional, examinado adiante a partir da gestão de Barack Obama (2009/2017).

OS ESTADOS UNIDOS, A ÁSIA E A RPC: A ERA OBAMA (2009/2017)

O enquadramento asiático na estratégia democrata, formalizada em 2010, a partir do lançamento da “Doutrina Obama” conserva intrínsecas relações com as visões expressas pelo novo presidente em suas plataformas de campanha. Através dessas últimas, Obama representava a si mesmo como o “candidato da mudança” (Pecequilo 2013), o que podia ser entendido, de forma restrita, como a necessidade de apresentar um contraponto às heranças negativas do governo de George W. Bush (2001-2009), particularmente no campo militar e econômico. Os Estados Unidos ainda se encontravam submersos nas intervenções do Afeganistão e no Iraque, travando a GWT, cujo sentido e legitimidade já não eram reconhecidos, nem pela população americana e nem pela comunidade internacional. Economicamente, as consequências da “superextensão” se maximizaram no contexto da crise financeira de 2008.

Sob um ponto de vista mais amplo, o significado da “mudança” pode ser extrapolado a fim de incorporar a percepção de que a chegada de Obama à Casa Branca tinha como pano de fundo uma alteração do lugar ocupado pelos EUA no mundo. Desde o governo Bush, o país assistira ao fortaleci-

mento de potências regionais, como RPC, Índia, Rússia e Brasil, que ampliavam suas projeções econômica e institucional em arranjos multilaterais diversos, tais quais o G-20 financeiro. Nesse sentido, a vitória democrata não se contextualizava unicamente por uma alternância partidária no poder, ou uma troca de agendas políticas, e sim por um processo mais profundo de mudança das relações de poder internacionais e, conseqüentemente, da autopercepção norte-americana em relação a suas dinâmicas.

Essas duas dimensões, ou seja, a transformação da plataforma de governo e a transformação das relações internacionais foram agrupadas nos documentos estratégicos do governo Obama, dentre os quais se destacam as *National Security Strategies* de 2010 e 2015 (NSS 2010 e NSS 2015) e, na seara da defesa, os relatórios do Departamento de Defesa, intitulados como *Quadrennial Defense Reviews* de 2010 e 2014 (QDR 2010 e QDR 2014).

Em se tratando do caso chinês também se destacam os relatórios anuais do Departamento de Defesa, requeridos pelo Legislativo através do *National Defense Authorization Act* de 2000, sobre o poderio bélico chinês. Em 2017, foi publicado o “Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2017”, sob responsabilidade do Departamento de Defesa e apresentado ao Congresso. Outra publicação de relevância é o “Asia-Pacific Maritime Security Strategy”. Assim, cabe analisar as diretrizes gerais destes documentos e, mais especificamente, sua postura com relação à Ásia e à RPC.

As Diretrizes Gerais

Avaliando as NSSs, estabelece-se que as transformações sofridas pelo sistema internacional impunham novas oportunidades e desafios aos EUA. Diante desses últimos, embora o instrumento militar conservasse sua relevância, a atuação norte-americana não poderia se reduzir a ele. Revelava-se, portanto, a necessidade de combinação e equilíbrio entre o pilar militar e outros recursos de poder, como a economia e a diplomacia. Por conta desse enfoque, a estratégia Obama foi resumida em “3 Ds”, ou seja, “Diplomacia, Desenvolvimento e Defesa”. Em ambas, o terrorismo manteve seu *status* de ameaça prioritária, somado a questões ambientais, econômicas e cibernéticas. Ressalta-se o forte papel desempenhado pelo tema das armas de destruição em massa.

O engajamento e as alianças são definidas como prioritárias, mas a liderança era encarada como um “elemento dado”. Embora o sistema se encontrasse em transformação e povoado por “novos atores” estatais e não estatais, os EUA eram vistos como os únicos com capacidade de liderar.

Essas perspectivas eram endossadas pelos relatórios do Departamento de Defesa de 2010 e 2014, com o viés militar mais pronunciado.

No caso das estratégias de defesa, o instrumento militar era posto a serviço das abordagens “*whole of government*”, envolvendo todos os recursos do poder nacional. Havia, portanto, o reconhecimento de que, embora deveriam desenvolver múltiplas capacidades, a fim de atuar no máximo possível de cenários e atividades, as forças armadas não podiam agir sozinhas, porque isso levaria, no longo prazo, ao seu desgaste e à rejeição da presença exterior norte-americana. Havia limites fiscais e orçamentários à sua inserção em campo, que ampliavam a necessidade de cooperação com aliados regionais e o esgotamento prévio de mecanismos institucionais, antes do emprego da força.

A Ásia e a RPC

A partir das breves considerações acima, aponta-se que no que se refere à região asiática e a RPC, os Estados Unidos mantêm sua autodefinição de país do “Pacífico” (QDR, 2010). Portanto, o país não abria mão de sua posição de liderança regional, e nem de suas parcerias preferenciais. Segundo Brzezinski (2012), predominava na Ásia uma situação de pluralismo geopolítico, que apresenta inúmeros desafios para os Estados Unidos.

Tal pluralismo caracterizava-se por uma forte concentração de potências regionais relevantes, como Japão, Índia, Rússia e RPC e a situação da Península Coreana, com a Coreia do Sul e a nuclearizada Coreia do Norte. Além disso, observa-se a articulação de potências menores via ASEAN e o reordenamento do equilíbrio de poder local. No caso, um reordenamento que passa, obrigatoriamente, pela ascensão da RPC. Nas palavras do autor,

Neste ambiente potencialmente conflitivo, a estabilidade da Ásia dependerá [...] de como a América responderá a dois triângulos regionais sobrepostos, nucleados na China. O primeiro se refere à China, Índia e Paquistão. O segundo à China, Japão e Coreia com os Estados do sudeste asiático desempenhando um papel coadjuvante (Brzezinski 2012, 162, tradução nossa).

Como se pode perceber, na visão de Brzezinski, e a situação cada vez mais comprovada pela realidade geopolítica e geoeconômica na região, as movimentações estadunidenses na Ásia tem como foco a RPC. Ainda que se mantenha a parceria preferencial com o Japão e se avancem negociações com a Índia, incluindo no campo nuclear, a premissa de um G2 EUA-RPC e as dinâmicas de engajamento e contenção regional e global desta nação são bastante presentes (NSS 2010; NSS 2015; QDR 2010; QDR 2014).

Apesar dos EUA, incentivarem uma retórica de participação da RPC em questões internacionais como meio ambiente e missões de paz, em nenhum momento sinaliza-se que esta participação será aceita caso interponha-se aos interesses estadunidenses. Questões relativas ao MSCh e ao OBOR, abordadas no item anterior, inserem-se neste quadro, ao qual governo Obama respondeu de forma bilateral e multilateral.

Em 2009, Obama iniciou suas políticas com relação à RPC a partir de uma atualização dos mecanismos de negociação diplomática de alto nível entre os dois países, com o US-China Strategic and Economic Dialogue (S&ED). Tal Diálogo, caracterizado por reuniões regulares entre o Departamento de Estado e o Ministério de Relações Exteriores da RPC, manteve-se ativo durante toda a gestão democrata. De acordo com Zhao (2012), aplicou-se o princípio de “mais cooperação, em mais questões, com mais frequência” (Zhao 2012). Esta pauta de engajamento, ao mesmo tempo, foi acompanhada de uma agenda de contenção, sintetizada no termo “Pivô Asiático”.

A estratégia do “Pivô Asiático” é composta por articulações diplomáticas, estratégicas, políticas e econômicas dos EUA na Ásia, visando um relativo isolamento da RPC diante de seus vizinhos. No que se refere à agenda econômica, a Parceria Transpacífica (TPP), foi anunciada em Outubro de 2015 como o maior acordo de livre comércio mundial, contando com nações das Américas e da Ásia: EUA, Japão, Canadá, México, Peru, Chile, Cingapura, Austrália, Brunei, Malásia, Nova Zelândia e Vietnã.

Obama não foi capaz de aprovar o TPP em sua gestão no biênio 2015/2016, uma vez que o acordo era cercado de inúmeras controvérsias internas. Para que o acordo comercial fosse colocado em vigor nos EUA era necessário que o mesmo fosse aprovado pelo Legislativo, processo que não ocorreu nesta gestão. Até nomes chave do Partido Democrata como a ex-Secretária de Estado Hillary Clinton, que se tornou a candidata à presidência em 2016, apresentavam a TPP como um risco à economia do país, uma vez que poderia levar à perda de empregos e maior déficit comercial devido ao aumento das importações dos EUA, resultante de uma maior abertura de mercado.⁸

A posição foi compartilhada pelo candidato da oposição republicana Donald Trump que, ao tornar-se presidente em janeiro de 2017, revogou a participação no TPP em um de seus primeiros atos. Ao longo da campanha, Trump fez inúmeras declarações contrárias às políticas comerciais chinesas, prometendo reverter o quadro desfavorável aos norte-americanos. Para a RPC, a suspensão da participação dos EUA no TPP (que sequer havia sido formalizada) fortalece sua já significativa presença econômica regional, e facilita a implementação do Obor. Porém, é na dimensão político-estratégica que as questões se revelam mais sensíveis.

Para os EUA prevaleceu, da parte chinesa, ao longo de todo o governo Obama, falta de transparência com relação aos seus investimentos na modernização militar, postura que continua na gestão Trump. Como visto, a RPC denomina este processo de “rejuvenescimento” de suas forças e se insere no processo de maior assertividade de poder global. Dados do *Annual Report* do Departamento de Defesa (Department of Defense 2017, 66-67) apontam que a RPC vem aumentando anualmente seu orçamento militar, atingindo em 2016, o montante oficial de US\$ 144 bilhões. Ainda que não se compare aos gastos de defesa dos EUA, de cerca de US\$ 600 bilhões, o total é muito superior aos demais países da região eurásiana: Japão US\$ 47.2, Rússia US\$ 46.2, Índia US\$ 37, República da Coreia US\$ 32.8 e Taiwan US\$ 10.5.

Os Estados Unidos continuarão a monitorar a militarização da China e vão continuar a adaptar suas forças, postura, investimentos e conceitos operacionais, para assegurar que os Estados Unidos retenham sua habilidade de defender a pátria, deter a agressão, proteger os aliados e parceiros, e preservar a paz regional, a prosperidade e a liberdade (Department of Defense 2017, II, tradução nossa).

Além disso, a administração democrata posicionou-se contra a utilização desse instrumento na reafirmação da soberania da RPC no MSCh.⁹ Nesse contexto, os EUA se colocavam na condição de promotores da defesa dos aliados regionais ameaçados, via realização de exercícios militares conjuntos, tratados bilaterais de assistência recíproca e comércio de armamentos (QDR, 2010; QDR, 2014). Apesar de não ser signatário da CNUDM, os EUA demandam que a RPC respeite suas provisões e decisões derivadas do Tribunal Permanente de Arbitragem. Na visão dos EUA, “A China não tem base para reivindicar direitos históricos sobre a linha das nove raias, na medida em que tal reivindicação excede os direitos que o país poderia requerer sob a LOSC”¹⁰ (Department of Defense 2017, 8, tradução nossa).

Em linhas gerais, o governo Obama se portava como defensor das liberdades de circulação marítima e comerciais. Segundo Suisheng Zhao (2012), as questões relativas ao MSCh se intensificaram a partir de 2010, quando a Secretária de Estado Hillary Clinton declarou que o respeito às leis de livre navegação daquela região era parte do “interesse dos EUA” (Clinton 2010). A RPC negou veementemente a internacionalização do tema e, em resposta, aumentou o patrulhamento local, dando início à construção de estruturas e bases emersas, nomeadas como “ilhas artificiais”, nas quais a entrada de estrangeiros é proibida.

Em contrapartida, os EUA ampliaram a militarização do entorno geográfico, tanto através de forças nacionais, quanto por meio dos exercícios

conjuntos, visando empoderar aliados na contenção chinesa. As operações de patrulhamento foram nomeadas como “Freedom of Navigation Operations” (Fonops), sob condução do Departamento de Defesa. Além disso, ampliou-se a presença regional na Ásia e foi reforçado o investimento em tecnologias de longo alcance, principalmente mísseis balísticos, visando intensificar o poder de dissuasão (Rapp-Hooper 2016).

Estrategicamente, o conceito que alicerçava tal abordagem era o chamado “*air-sea battle*” (batalha ar-mar). Em alusão à doutrina da “batalha ar-terra”, gestada nos anos 1980, o princípio do *air-sea battle* era o patrulhamento e a penetração das defesas regionais chinesas pela via aérea e marítima, ao mesmo tempo. Na prática, isso significava a manutenção de capacidades defensivas – principalmente antimísseis – e ofensivas de longo alcance, que minassem as manobras chinesas para impedir o acesso americano às áreas de tráfego aéreo e marítimo. O alinhamento dessas forças foi apelidado como *rebalance* (reequilíbrio) para a Ásia, o que denotava a intenção democrata de direcionar mais intensamente as atenções americanas para a região. A Estratégia de Segurança Marítima da Ásia e do Pacífico de 2015 afirma que

Embora não sendo um termo definido sob o direito internacional, o Departamento usa “liberdade sobre os mares” como sinônimo de todos os direitos, liberdades e usos legais do mar e espaço aéreo, inclusive para navios e aeronaves militares, reconhecidos pelo direito internacional (Department of Defense 2015, 2, tradução nossa).

Esta resposta norte-americana deriva do fato que a

A China utiliza seu poder crescente para sustentar suas demandas de soberania nos Mares do Leste e do Sul da China. A China faz uso de táticas coercitivas como o uso de navios de cumprimento da lei e sua milícia marítima, para reforçar suas reivindicações marítimas e avançar seus interesses de forma que fiquem no limite da provocação do conflito. No Mar do Leste da China, a China continuará usando navios de cumprimento da lei e aviões (Department of Defense 2017, I, tradução nossa).

Esta estratégia chinesa é denominada de “coerção de baixa intensidade” (*low-intensity coercion*) que reside em táticas de pressão direta e indireta na região do MSCh. Especificamente,

A China continua a exercer uma coerção de baixa intensidade para avançar suas reivindicações nos Mares do Leste e do Sul da China. Durante períodos de tensão, as declarações oficiais e a mídia estatal tentam retratar uma China reativa. A China faz uso de uma progres-

são cronometrada oportunista mas intensificando os passos para tentar aumentar o controle efetivo das áreas disputadas e evitar a escalada do conflito militar. A China também faz uso de incentivos econômicos e políticas comerciais punitivas para conter a oposição às ações da China na região (Department of Defense 2017, 12, tradução nossa).

É natural que os avanços geopolíticos chineses na região sejam vistos com preocupação pelos norte-americanos, uma vez que isso poderia afetar sua movimentação marítima e terrestre na área. O *rebalance*, o deslocamento de forças navais estadunidenses para a região e a reestruturação do Comando Militar do Pacífico, somados a uma nova aproximação com os aliados locais, indicam a necessidade de conter a expansão chinesa. Para os EUA, a ameaça de uma reconstrução e maior solidez da esfera de influência da RPC na Eurásia, estendendo-se à África, América do Sul e aos Oceanos Pacífico e Índico indica um reposicionamento estratégico significativo deste país.

Contudo, a tendência é que a dinâmica EUA-RPC se mantenha dentro de parâmetros controlados, como uma disputa de posições. Partilhando das conclusões de Biddle e Oelrich (2016), é possível afirmar que, nesse cenário, um contencioso entre os EUA e a RPC não parece viável em curto prazo. Na análise dos autores, a escassez dos recursos econômicos e militares norte-americanos, associados à aceleração da modernização do setor de defesa chinês poderá criar uma dinâmica maior de contenção mútua, mas não necessariamente de enfrentamento direto. Para Biddle e Oelrich (2016), o cenário mais provável é o de uma reorganização do equilíbrio de poder. Assim,

Tendências avançadas da tecnologia permitirão que a China encerre a recente era de domínio dos EUA dos bens comuns globais caso os chineses continuem a desenvolver as tecnologias necessárias para realizar seu pleno potencial. A “batalha ar-mar” não será capaz de impedir isso. Ainda assim, o resultado não precisa ser uma nova era de hegemonia regional chinesa- com escolhas astutas, os prognósticos militares de longo prazo no Pacífico Ocidental não são nem o domínio dos EUA ou da China, mas um futuro de competição em um sistema no qual a maior parte dos aliados dos Estados Unidos estarão imperfeitamente, mas substancialmente, mais seguros (Biddle; Oelrich 2016, 48, tradução nossa).

Tal visão, de contenção e de criação de esferas de influência concorrentes é compartilhada por Beckley (2017), que ressalta a importância de que os EUA auxiliem o desenvolvimento de capacidades defensivas e ofensivas das demais nações asiáticas como forma de conter a RPC. Segundo o autor, [...] existe um equilíbrio militar compartilhado [...] que os Estados

Unidos podem reforçar a um risco moderado [...] Adicionalmente, este equilíbrio de poder pode continuar estável por muitos anos [...] (Beckley 2017, 81).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destas breves considerações indica-se que as tensões entre EUA-China no MSCh apresentam uma dinâmica de contenção mútua, simbolizada por uma disputa de posições por espaços geopolíticos e geoeconômicos. Este contencioso pode não implicar, no curto prazo, um confronto bélico direto, mas insere-se em um momento de militarização do contexto asiático por parte de suas duas maiores potências. Paralelamente, nações como Índia, Rússia e Japão sustentam orçamentos militares significativos, ainda que menores que o sino-americano. Da mesma forma, mantém-se na Ásia a sombra do poder nuclear da Coreia do Norte, responsável por parte da recorrente instabilidade regional, questão na qual a China insere relevante poder mediador.

A resposta estadunidense, como analisado, foca-se no reequilíbrio de forças regional, visando limitar a ascensão e assertividade da RPC. Por sua vez, a China responde a estas movimentações, reforçando a reforma por maior assertividade iniciada em 2015. Em outubro de 2017, a realização do 19º Congresso do PCCh marcou a consolidação da agenda do “Grande Rejuvenescimento Nacional” e da “Nova Era”, e a visibilidade da liderança de Xi Jinping. Também ganharam destaque as prioridades das cinco esferas do plano integrado do PCCh, associada à “promoção coordenada do avanço econômico, político, cultural, social e ecológico (CCDI 2017).

A nova assertividade chinesa interna e externa vem sendo acompanhada não só pela edição destes documentos estratégicos, como pela aceleração dos projetos associados à *Obor*, como o reforço das relações bilaterais com a Rússia. Multilateralmente, um dos marcos da reestruturação estratégica da Eurásia por meio de iniciativas sino-russas que deve ser mencionado é o fortalecimento e expansão da Organização da Cooperação de Xangai criada em 2001, e que hoje engloba: China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Índia e Paquistão. Estas dinâmicas, associadas à reafirmação de soberania no MSCh não podem ser desconectadas das movimentações tático-estratégicas entre Estados Unidos e a RPC, com efeitos que se estendem além da esfera regional e afetam o equilíbrio de poder global.

REFERÊNCIAS

BBC UK. 2017. *Why is the South China Sea so Contentious?* Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-13748349>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BBC UK. 2017. *US and China Sign Trade Agreement*. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/business-39894119>. Acesso em 03 jul. 2017.

Beckley, Michael. 2017. The Emerging Military Balance in East Asia: how China's Neighbors can Check Chinese Naval Expansion. *International Security*, 42, 2, 78-119.

Blackwill, Robert D. ; Harris, Jennifer M. 2016. *War by Other Means – Geoeconomics and Statecraft*. Bleknep Press: Cambridge.

Biddle, Stephen; Oelrich, Ivan. 2016. Future Warfare in the Western Pacific. *International Security*, 41, 1, 7-48.

Brzezinski, Zbigniew. 1989. *O Grande Fracasso – o Nascimento e Morte do Comunismo no Século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Record.

Brzezinski, Zbigniew. 2012. *Strategic Vision – America and the Crisis of Global Power*. New York: Basic Books.

CCDI. 2017. *Full text of resolution on CCDI work report*. Disponível em: <http://english.gov.cn/news/top_news/2017/10/24/content_281475919799718.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CFR. 2017. *Trump in Asia*. Disponível em: <<https://www.cfr.org/trump-asia>>. Acesso em: 17 nov. 2017

Christensen, Thomas J. 2015. Obama and Asia: Confronting the China challenge. *Foreign Affairs*, 94, 5, 28-36, sept. /oct.

Clinton, Hillary. 2010. *Discusses U. S. -Vietnam Relations*, ASEAN Forum, North Korea. US Department of State. 23 jul. 2010. Disponível em: <<http://iipdigital.usembassy.gov/st/english/texttrans/2010/07/20100723164658su0.4912989.html#axzz4XBKkeQym>> . Acesso em: 20 jan. 2017.

Council on Foreign Relations. 2016. *New Geopolitics of China, India, and Pakistan*. Disponível em: <<http://www.cfr.org/asia-and-pacific/new-geopolitics-china-india-pakistan/p37899>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Cox, Robert. 1986. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. In Keohane, Robert O. (ed.), *Neorealism and its Critics*. New York: Columbia University Press. 158-293 .

Dantas, Aline Chianca; Leite, Alexandre Cesar. 2016. As Interações das Forças de Autodefesa do Japão com a Organização das Nações Unidas e a Repercussão para a Segurança Nacional do Japão. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 5, 10, 34-50, jul. /dez. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/39556>>. Acesso em: 1 nov. 2017.

Department of Defense. 2017. *Annual Report to Congress*. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China. Disponível em: <https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017_China_Military_Power_Report.PDF?ver=2017-06-06-141328-770>. Acesso em: 20 jul 2017.

Department of Defense. 2010. *Quadrennial Defense Review*. Disponível em: <https://www.defense.gov/Portals/1/features/defenseReviews/QDR/QDR_as_of_29JAN10_1600.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

Department of Defense. 2014. *Quadrennial Defense Review*. Disponível em: <http://archive.defense.gov/pubs/2014_Quadrennial_Defense_Review.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

Department of Defense. 2015. *Asia Pacific Maritime Security Strategy*. Disponível em: <https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/NDAA%20A-P_Maritime_Security_Strategy-08142015-1300-FINALFORMAT.PDF>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Department of State. 2017. *Preview of US-China Diplomatic and Security Dialogue*. Disponível em: <<https://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2017/06/272014.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

Ejil Talk. 2017. *China's 'One Belt, One Road' Initiative: Can A Bilaterally-Negotiated 'Globalization 2.0' Internalize Human Rights, Labor, and Environmental Standards?* Disponível em: <<https://www.ejiltalk.org/chinas-one-belt-one-road-initiative-can-a-bilaterally-negotiated-globalization-2-0-internalize-human-rights-labor-and-environmental-standards/>>. Acesso em: 20 jul. 2017

European Commission. 2017. *In Focus – The Transatlantic Trade and Investment Partnership*. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/ttip/>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

Ikenberry, John G. 2011. *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order*. New York: Princeton University Press.

Jinping, Xi. 2017. *Work Together to Build the Silk Road Economic Belt and the 21st Century Maritime Silk Road*. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2017-05/16/c_136287878.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Keqiang, Li. 2017. *Report on the Work of the Government – Delivered at the Fifth Session of the 12th National People’s Congress of the People’s Republic of China on March 5, 2017*. Disponível em: <http://english.gov.cn/premier/news/2017/03/16/content_281475597911192.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Kissinger, Henry. 2011. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva.

Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. 2017. *First China-US Diplomatic and Security Dialogue Held in Washington D. C. of the US, 2017/06/22*. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1472727.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Oceans & Law of the Sea. United Nations. 2018. *Chronological List of Ratifications, of Accessions and Successions to the Convention and the Related Agreements*. Disponível em: <http://www.un.org/depts/los/reference_files/chronological_lists_of_ratifications.htm>. Acesso em: 12 jan. 2018.

Chinese Embassy in South Africa. 2017. *Opening Remarks at the Seminar on Xi Jinping Thought & Xi Jinping: the Governance of China (II)*. Book Review by H. E. Amb. Lin Songtian. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zwjg_665342/zwbdt_665378/t1517827.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2018

Pecequilo, Cristina Soreanu. 2013. *Os Estados Unidos e o Século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier.

_____. 2017. *Temas da Agenda Internacional: o Brasil e o Mundo*. Curitiba: Ed. Intersaberes.

Pinotti, Talita. 2015. China e Vietnã no Mar do Sul da China: Disputas e Questões Estratégicas. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 4, 8, 163-183, jul. /dez.

Rapp-Hooper, Mira. 2016. Parting the South China Sea: How to Uphold the Rule of Law. *Foreign Affairs*, 76-82, sept. /oct.

Sipri. 2017. *World military spending: Increases in the USA and Europe, decreases in oil-exporting countries*. 24 abril. Disponível em: <<https://www.sipri.org/media/press-release/2017/world-military-spending-increases-usa-and-europe>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

The State Council – The People’s Republic of China. 2015. *China’s Military Strategy-2015*. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017

The State Council – The People’s Republic of China. 2017. *China’s Policies on Asia-Pacific Security Cooperation*. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2017/01/11/content_281475539078636.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

The State Council – The People’s Republic of China. 2015. *Action Plan on the Belt and Road Initiative*. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017

The White House. 2010. *National Security Strategy*. Washington: White House Office. Disponível em: <<https://www.hsdl.org/?abstract&did=24251>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

The White House. 2015. *National Security Strategy*. Washington: White House Office. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2015

Visentini, Paulo F. 2011. *As Relações diplomáticas da Ásia*. Belo Horizonte: Fino Traço.

Embassy of the People’s Republic of China in India. 2016. *White Paper: China’s Peaceful Development*. Disponível em: <<http://in.chineseembassy.org/eng/zt/peaceful/t855717.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

Xinbo, Wu. 2016. Cooperation, Competition and Shaping the Outlook: the United States and China’s Neighborhood Diplomacy. *International Affairs*, 92, 4, 849-867.

Zhao, Suisheng. 2012. Shaping the Regional Context of China’s Rise: how the Obama Administration Brought Back Hedge in its Engagement With China. *Journal of Contemporary China*, 75, 21, 369-389, 16 fev.

Zhu, Zhiquan. 2013. *China’s New Diplomacy Rationale, Strategies and Significance*. Farnham: Ashgate.

Yizhou, Wang. 2013. Chinese National Security its Missions, Sequences, and Major Characteristics. In Binhong, Shao (Ed.), *China and the World – Balance, Imbalance and Rebalance*. Leiden/Boston: Brill.

NOTAS

1. Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais em julho de 2017.
2. O conceito de hegemonia utilizado no artigo sustenta-se nas análises de Cox (1986) e Ikenberry (2011), que o definem como a articulação entre capacidades materiais, ideias e mecanismos institucionais de uma determinada nação, que a capacitam para influenciar os fluxos sociais, econômicos, políticos e estratégicos globais, criando padrões de ordenamento mundial.
3. De acordo com Blackwill e Harris (2016), os termos geopolítica e geo-economia tendem a ser vistos como sinônimos. Entretanto, ambos se referem a recursos de poder e capacidades de poder estatais bastante distintas: a geopolítica concentra-se na interrelação entre as variáveis geográficas e a política dos Estados, enquanto a geo-economia foca-se nos elementos econômicos como poder da moeda, financeirização do capital e controle da tecnologia, da produção e dos mercados. A dinâmica RPC-EUA no MSCh inclui todos estes elementos, uma vez que a região é geograficamente estratégica para o domínio de vias aéreas, marítimas e terrestres, que implicam efeitos sobre os elementos econômicos supracitados.
4. O termo “O Grande Rejuvenescimento Nacional” (great national rejuvenation, em inglês) é utilizado em diversos documentos e discursos oficiais chineses para se referir ao processo em andamento de modernização estratégica, social e econômica. A expressão ressalta a consolidação do sonho chinês de igualdade, desenvolvimento e crescimento. Para outro exemplo ver: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zwjg_665342/zxbd_665378/t1517827.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2018.
5. Existem contenciosos pendentes com o Japão que dizem respeito à posse das ilhas Diayou (para a China) e Senkaku (para o Japão); os conflitos entre os dois países se estendem desde 2011 (Zhao 2012).
6. Ver Pecequilo (2017), para maior detalhamento destas discussões.
7. O Brasil, por exemplo, solicita a extensão de seu mar territorial de 200 para 350 milhas no CLPC.
8. Após a chegada de Trump à Casa Branca também se encontram suspensas as negociações secretas do acordo bilateral comercial entre os EUA e a União (UE), denominadas de “Pivô Transatlântico” e/ou “Parceria Transatlântica” (TTIP – Parceria Transatlântica de Investimentos), que haviam sido iniciadas em 2013. Ver <<http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/ttip/>>.

9. A China ratificou a CNUDM em 1996. Para uma lista dos países signatários ver <http://www.un.org/depts/los/reference_files/chronological_lists_of_ratifications.htm>. Acesso em: 12 jan. 2018.
10. Acrônimo para United Nations Convention on the Law of the Sea utilizado pelo Departamento de Defesa e/ou UNCLOS ou CNUDM.

O REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO SINO-ESTADUNIDENSE:
O MAR DO SUL DA CHINA (2009/2017)

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar o reposicionamento estratégico sino-americano no Mar do Sul da China, tendo como base as particularidades regionais e globais deste espaço geopolítico e geoeconômico, a atualização da política externa chinesa e da postura militar norte-americana na Ásia no período de 2009-2017.

Palavras-chave: China; Estados Unidos; Mar do Sul da China; Militarização.

ABSTRACT

The goal of the article is to analyze the Sino-American strategic repositioning in the South China Sea, based on the regional and global particularities of this geopolitical and geoeconomic, the Chinese foreign policy update and the US military standing in Asia in the 2009-2017 period.

Keywords: China; United States; South China Sea; Militarization.